



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de dezembro de 2021

Carnes de Vinhais, E.M., S.A.



RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mos} Acionistas

Ex.^{mo} Conselho de Administração da Carnes de Vinhais, EM, S.A.

Introdução

O presente relatório é emitido nos termos dos deveres de acompanhamento, fiscalização e vigilância previstos no art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e subsidiariamente pelos deveres de fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e, também, tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, constante da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

Âmbito

Procedemos à revisão legal dessa empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas que aqui damos como integralmente reproduzida.

Trabalhos Realizados

Durante o período em que desempenhámos funções e em especial na fase em que decorreram as operações de determinação dos resultados e encerramento das contas, efetuámos um conjunto de procedimentos, dos quais destacamos:

- Acompanhamento dos aspetos essenciais da gestão da entidade, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com a responsável administrativa e financeira quer com o contabilista certificado e, em algumas situações, com



a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o Anexo, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno existente na entidade, com especial incidência nas áreas de receção, contas a pagar, prestação de serviços, expedição e contas a receber, tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela entidade;
 - b) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores e seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela entidade, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - c) Inspeção documental dos principais elementos do Ativo Fixo Tangível, confirmação direta da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações
 - d) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;



- f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;
- g) Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;
- Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.

Informações Adicionais

Em consequência do trabalho efectuado, e para além das considerações feitas na Certificação Legal de Contas, entendemos dever relatar o seguinte:

Sistema de controlo interno

Do levantamento a que procedemos relativamente ao sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) A organização interna do Matadouro revela algumas deficiências em relação a procedimentos básicos de controlo que passamos a enumerar:
 - Não obstante o Município ter tido a iniciativa de reforçar o financiamento do contrato programa, com vista a financiar a redução das taxas de abate para apoiar a atividade agropecuária não há evidência quanto ao grau de satisfação dos clientes, através de inquéritos periódicos promovidos por entidade independente, o que pode influenciar o número de abates realizados que, de acordo com a estatística da exploração do Matadouro, têm diminuído;
 - Verificámos não existir um controlo de gastos ao nível da unidade de abate, que permita verificar qual o racional subjacente aos gastos incorridos e ao défice de exploração;
 - Verificámos que não tem havido recuperação do número de abates, designadamente junto dos clientes sedeados no concelho de Vinhais e concelhos limítrofes, e, de acordo com a revisão analítica a que procedemos, tendo por base a informação referente a anos anteriores, verificámos que a empresa tem vindo a diminuir os seus rendimentos operacionais;
 - Verificámos que o controlo orçamental da execução de gastos/despesas e de vendas e



prestação de serviços/receitas não tem sido monitorizado de forma sistemática, o que contribui para não existir plena responsabilização pelo cumprimento das metas estabelecidas.

- b) Ao nível interno deverão ser registados diariamente, em mapa auxiliar, todos os gastos incorridos e todos os rendimentos gerados pelo abate e venda dos couros (peles) e outros serviços prestados;
- c) Mensalmente deverá ser feita uma pesquisa dos preços praticados pelos concorrentes mais diretos para aferir sobre a competitividade da empresa;
- d) Deverá o Conselho de Administração reunir ordinariamente uma vez por mês e dar reporte ao Município sobre a evolução da exploração e, trimestralmente, apresentar uma demonstração de resultados sujeita a verificação e parecer pelo revisor oficial de contas;
- e) Face ao controlo sistemático da actividade da empresa deverá ser monitorizado o contrato programa de modo a garantir que a gestão obtém a maior eficiência na utilização dos recursos disponibilizados.

Definição do Índice de Materialidade

A materialidade constitui um elemento estratégico fundamental para o trabalho de auditoria, uma vez que define os erros e omissões toleráveis e que, no juízo profissional do auditor, não afetam com impacto relevante as demonstrações financeiras. Com efeito, o risco de auditoria é o risco de o auditor dar uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras, o qual se consubstancia na não deteção de erros, omissões ou fraudes de impacto material relevante.

O nosso trabalho foi planeado de acordo com as ISA's 320 e 450, com base na avaliação de um risco global de controlo médio/alto, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, ou seja, há áreas com menor risco de controlo do que outras. Tivemos ainda em consideração o conhecimento que possuímos da entidade adquirido em anos anteriores e com especial ênfase para o facto de, no início de 2020, ter surgido a pandemia COVID-19 continuando em 2021 que influenciou a economia a nível mundial e, por conseguinte, o risco da atividade da entidade. Por tal facto, os indicadores de referência e percentagens usadas no cálculo da materialidade em anos anteriores foram avaliados em função do impacto que a COVID-19 apresenta na estrutura económico financeira da entidade. Para efeitos de planeamento



do trabalho de auditoria, por exemplo, em relação aos empréstimos obtidos e aos depósitos em bancos, considerámos a totalidade dos empréstimos e das contas de depósitos à ordem, pelo que, a eventual ocorrência de erros e/ou omissões, tem uma materialidade de zero, na medida em que foram verificadas todas as operações.

Assim, tendo por base os valores retirados das demonstrações financeiras de 2020, ajustámos a **materialidade global em € 1.830,00** e a **materialidade de execução em € 1.552,00**. No entanto, em relação aos Depósitos à Ordem, Empréstimos Bancários, Ativos Fixos Tangíveis e Investimentos em Curso efetuámos verificações integrais, que nos permitiram detetar erros e omissões até próximo de uma materialidade zero. A materialidade é o valor limite para os erros e omissões toleráveis que, isoladamente ou no seu conjunto, possam ter um impacto material relevante nas demonstrações financeiras.

1 – Meios Financeiros Líquidos

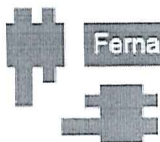
11 – Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo apresentado pela contabilidade era de € 3.243,14 não tendo sido por nós verificado por inexistência de evidência substantiva. Todavia, a equipa de auditoria através de procedimentos de análise documental assumindo um nível de confiança de 95% e uma probabilidade estimada de erro de 10% não detetou erros ou omissões, dando como verificadas as asserções mensuração, existência e plenitude.

12 – Depósitos à Ordem

O saldo global desta rubrica a 31 de dezembro de 2021 ascende a € 1.813,86. Procedemos ao teste às reconciliações bancárias preparadas pela empresa, com referência a 31 de dezembro de 2021 e concluímos pela conformidade dos registos e pela adequabilidade dos saldos.

A equipa de auditoria também realizou procedimentos de análise documental assumindo um nível de confiança de 95% e uma probabilidade estimada de erro de 10% não tendo detetado erros ou omissões.



Cumprimos a ISA 500 para a obtenção da prova e dos procedimentos realizados estamos convictos que eliminámos significativamente qualquer risco de distorção material. Concluimos que em relação aos depósitos à ordem em instituições financeiras os saldos relevados apresentam apropriadamente a posição financeira da entidade e que estão efetuadas todas as divulgações para uma clara compreensão das políticas contabilísticas, incluindo as bases mensuração e o reconhecimento desses passivos e das eventuais responsabilidades contingentes.

2 – Contas a Receber e a Pagar

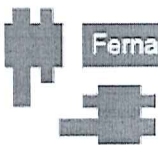
21 – Clientes

Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2021 um saldo de € 45.340,56.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de clientes selecionámos 13 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos da empresa e foi pedido a cada um desses clientes que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Das 13 entidades selecionadas apenas obtivemos duas respostas. Relativamente às entidades que não responderam, não obstante procedemos a testes alternativos de auditoria, nomeadamente análise de contas correntes, não nos foi possível obter a evidência considerada necessária relativamente a saldos no valor de € 3.276,63.

Efetuámos, ainda, procedimentos analíticos de auditoria aos saldos constantes no programa de gestão comercial de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Da análise que efetuamos verificámos que a diferença entre o total relevado pela contabilidade, comparativamente ao total da gestão comercial é de € 13.355,28, influenciando, de forma material, a posição financeira da rubrica de clientes.

O cliente “211110000 – Cliente Indiferenciado” apresenta um saldo devedor no valor de € 45.340,56 que representa a totalidade da rubrica. O desdobramento do referido saldo encontra-se no programa de gestão comercial. Tal procedimento carece de uma integração do programa da gestão comercial na contabilidade, para se poderem identificar situações suscetíveis de cobrança mais ou menos duvidosa.



22 – Fornecedores

Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2021 um saldo de € 74.242,29.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 26 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada um desses fornecedores que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Desses 26 fornecedores apenas obtivemos 5 resposta que confere.

Para as entidades de que não obtivemos resposta desenvolvemos os procedimentos alternativos que achámos adequados às circunstâncias, nomeadamente a análise das contas correntes do exercício de 2021 e início de 2022, com o objetivo de obter a evidência necessária para a formação da nossa opinião, no quadro do planeamento e da estratégia de auditoria que definimos (ISA's, 300, 315, 320 e 330).

23 e 63 – Gastos com o Pessoal

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os gastos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de um mês de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade dos saldos relevados pela contabilidade, quer em relação à conta 23 – Pessoal, quer em relação à conta 63 – Gastos c/ pessoal.

24 – Estado

Em relação às rubricas referentes à conta “24 – Estado e Outros Entes Públicos” não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento dos diferentes tributos e, bem assim, dos documentos de processamento que originaram as diferentes liquidações e retenções de impostos



25 – Financiamentos Obtidos

Em relação aos financiamentos obtidos, cujo saldo a 31.12. 2021 ascende a € 32.860,77.

Através de procedimentos alternativos de auditoria e, em particular, com recurso ao Mapa de Responsabilidades de Crédito do BdP obtivemos a evidência considerada necessária, ao nível das asserções da plenitude, existência e mensuração do saldo expresso no balanço.

Cumprimos a ISA 500 para a obtenção da prova e dos procedimentos realizados estamos convictos que eliminámos significativamente qualquer risco de distorção material. Concluimos que em relação aos financiamentos em instituições financeiras os saldos relevados apresentam apropriadamente a posição financeira da entidade e que estão efetuadas todas as divulgações para uma clara compreensão das políticas contabilísticas, incluindo as bases mensuração e o reconhecimento desses passivos e das eventuais responsabilidades contingentes.

27.11 – Fornecedores de Investimento

Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2021 um saldo credor de € 8.610,00 referente a uma fatura de 2016, valor que se encontra por pagar e que já originou o desreconhecimento do Ativo Intangível.

27.22 – Credores por Acréscimos de Gastos

Esta rubrica apresenta, a 31 de dezembro de 2021, um saldo credor de € 16.289,22 referente essencialmente ao acréscimo das férias, subsídio de férias e respetivos encargos.

28 – Diferimentos

Relativamente à rubrica “281 – Gastos a reconhecer”, verificámos que o saldo apresentado, no valor global de € 1.459,05, é referente à especialização dos seguros.

4 – Investimentos

41 – Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2021 esta rubrica apresenta um saldo de € 1.420,95 respeitante ao Fundo de Compensações do Trabalho (trabalhadores admitidos a partir de 1 de outubro de 2013 de acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 de Agosto) e a 200 títulos de capital detidos na CCAM do Alto Douro, de valor nominal € 5,00 cada.

43 – Ativos Fixos Tangíveis

Em relação a esta rubrica verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte. Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção mensuração. Esta rubrica a 31 de dezembro de 2021 apresenta um saldo de € 90.475,50.

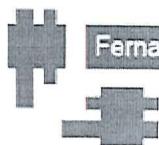
5 – Capital, Reservas e Resultados Transitados

Relativamente às diferentes rubricas desta classe verificámos que as variações ocorridas resultam da afetação do resultado líquido negativo do exercício de 2020 no montante de € 40.518,91. Acresce que foram efetuados reconhecimentos e/ou regularizações de rendimentos de períodos anteriores a 2021 no montante global de € 40.518,91 de gastos no montante de € 635.15.

6 / 7 – Evolução de Gastos e Rendimentos

Rubricas de rendimentos em que houve maior variação:

- “Vendas e serviços prestados”: diminuição de € 15.772,04, o que se traduz numa quebra de 17% em relação ao ano anterior;
- “Subsídios à Exploração”: aumento de € 24.211,25 face ao ano anterior para reforço do financiamento da redução do volume de negócio.

Rubricas de gastos em que houve maior variação:

- “Fornecimentos e serviços externos”: diminuíram de € 2.236,82 face ao período anterior;
- “Gastos com o Pessoal”: aumentaram de € 14.438,84 em relação a 2020.

A estrutura global de exploração encontra-se no quadro que a seguir se apresenta:

RENDIMENTOS E GASTOS	2021	2020	Variação (€)	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	75 522,25	91 294,29	-15 772,04	-17%
Subsídios à exploração	96 211,25	72 000,00	24 211,25	34%
Fornecimentos e serviços externos	-61 699,91	-63 936,73	-2 236,82	-3%
Gastos com o pessoal	-123 474,07	-109 035,23	14 438,84	13%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	-7 000,00	-7 000,00	-100%
Outros rendimentos	360,03	0,03	360,00	1200000%
Outros gastos	-18 707,88	-7 506,20	11 201,68	149%
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-31 788,33	-24 183,84	-7 604,49	31%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-14 615,49	-15 897,04	-1 281,55	-8%
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-46 403,82	-40 080,88	-6 322,94	16%
Juros e rendimentos similares obtidos	4,38	0,00	4,38	#DIV/0!
Juros e gastos similares suportados	-1 193,48	-438,03	755,45	172%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-47 592,92	-40 518,91	-7 074,01	17%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	-508,22	#DIV/0!
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-47 592,92	-40 518,91	-7 074,01	17%

Em síntese, é de sublinhar a variação ocorrida ao nível do EBITDA com um decréscimo de € 7.604,49, acompanhado pela redução do “resultado líquido” em € 7.074,01.

Chamamos a atenção para o facto de os gastos com pessoal serem superiores ao valor da faturação em 64%, o que, conjugado com o resultado do exercício coloca a sociedade, para 2022, abrangida pelo art.º 62.º da Lei 50/2012, ou seja, perante a iminência de ter de evoluir para a sua dissolução ou integração no Município.

Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura. Todavia, a pandemia provocada pelo Covid-19 e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, estão a ter reflexos profundos na estrutura económico-financeira dos países afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições

públicas e privadas sem, no entanto, se poder prever quais os impactos na informação financeira de 2022.

Anotações/Recomendações

Para além das recomendações decorrentes dos comentários ao sistema de controlo interno sublinhamos a seguinte:

- Tal como referido anteriormente, a empresa tem, pelo segundo ano consecutivo, resultado líquido negativo o que, a manter-se esta situação, terá no final do ano de 2022 de proceder de acordo com uma das opções previstas no art.º 62.º da Lei 50/2012, ou seja, entrar em processo de dissolução, integração na estrutura do Município ou reestruturação (fusão com outra sociedade detida pelo Município).

Conclusões

No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade “Carnes de Vinhais, EM, S.A.”, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 07 de abril de 2022



Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues - (ROC nº 1047)
Em representação da S.R.O.C. Fernando Peixinho & José Lima. Lda.